

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005649-50.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito**
Requerente: **Marcos José Ricco**
Requerido: **Lojas Kd Comércio de Móveis Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter realizado a compra de móveis modulados junto à primeira ré, efetuando o pagamento por meio de parcelas debitadas em cartão de crédito mantido junto ao segundo réu.

Alegou ainda que a primeira ré não entregou os móveis na data aprazada, inclusive computando a prorrogação que lhe foi dada para tanto, até que a transação foi cancelada.

Salientou que mesmo assim, e a par de contatos mantidos com o segundo réu, ele continuou debitando as parcelas aludidas, de sorte que almeja à declaração da inexigibilidade desse débito.

A preliminar de suspensão do processo arguida em contestação pela primeira ré não merece prosperar porque como ele não tem por objeto qualquer condenação em dinheiro não é afetado pela concessão de sua recuperação judicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Rejeito-a, pois.

Quanto ao segundo réu, foi citado regularmente (fl. 90) e não ofertou contestação no prazo assinalado (fl. 105), razão pela qual decreto sua revelia.

Não obstante ser por isso inviável a análise da contestação de fls. 135/142, sua legitimidade *ad causam* (tal matéria poderia ser conhecida de ofício) é inegável porque perpetrou a cobrança impugnada pelo autor dentro de esfera de autonomia de que era dotado, havendo de responder pelos atos que praticou a esse título.

No mérito, os documentos que instruíram a petição inicial respaldam a versão do autor.

O pedido de compra trazido à colação foi formulado em 20/12/2017, com previsão de entrega dos produtos de 37 dias úteis (fls. 13/16), sendo aprovado no dia seguinte (21/12 – fls. 17/18).

A entrega não se deu como avençado e nem na outra data prevista, tanto que a primeira ré solicitou que tivesse vez em 10/04/2018 (fls. 19/22), chegando a admitir que *"realmente um novo atraso não é nada legal! Ainda mais porque você já está esperando há bastante tempo"* (fl. 23 – grifei).

Não tendo o autor concordado com a proposta, foi cancelado pedido (fl. 25), acenando-se com a efetivação da reembolso do valor já pago (fl. 26).

A partir daí, surgiram os problemas com o segundo réu.

Depois do preenchimento de formulário contestando o débito (fls. 29/33), as três parcelas já quitadas em janeiro, fevereiro e março de 2018 foram estornadas (fls. 27/28), mas cobradas em abril (fls. 34/35), estornadas em maio (fls. 36/37) e cobradas em junho (fls. 40/41).

Sustenta o autor que o segundo réu fez algumas exigências para a solução definitiva da pendência (fornecimento do número do cartão de crédito utilizado na transação, valor da compra, data de sua concretização e do respectivo cancelamento) que já estavam atendidas no formulário que de início preencheu por orientação desse mesmo réu, ao que ele nada contrapôs.

Diante desse cenário, reputo de rigor o acolhimento da pretensão deduzida.

Ela está circunscrita à declaração de inexigibilidade do débito derivado da compra que reconhecidamente foi cancelada e por tudo o que foi exposto tal alternativa é a única que cabe seguir.

Cumpra ressaltar, por oportuno, que em momento algum o autor pleiteou o ressarcimento por danos morais, de modo que as considerações expendidas pelos réus a propósito deixam de ser examinadas.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Os demais aspectos objeto da postulação vestibular guardam relação com a tutela de urgência deferida a fls. 42/43 e foram dirigidos especificamente ao segundo réu (vê-se aí de maneira clara que ostenta condições para figurar no polo passivo da relação processual, como já destacado).

São na verdade consequência da declaração de inexigibilidade do débito, impondo-se que aquele decisório seja tornado definitivo, até porque nenhum óbice concreto a tanto foi ofertado em favor do segundo réu.

Outrossim, e diante da notícia de que tal comando foi descumprido pelo segundo réu (fls. 94/96), uma multa foi imposta a ele (fl. 106), ao que sobreveio uma segunda comunicação de descumprimento por parte do mesmo (fls. 174/175), com a correspondente comprovação (fls. 176/178).

Instado a manifestar-se especificamente sobre o tema (fl. 180, item 1), o segundo réu deixou de fazê-lo de maneira adequada (fls. 211/213).

Deverá, portanto, responder pela multa já referida em seu grau máximo, considerado o decurso do tempo.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para (1) declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos (no importe de R\$ R\$ 3.694,44), relativo à transação comercial celebrada – e posteriormente cancelada – entre o autor e a primeira ré, (2) tornar definitivas as decisões de fls. 42/43, item 1, e 106 e (3) condenar o segundo réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária e juros de mora, contados ambos a partir de julho de 2018 (época da fixação da multa de fl. 106).

Transitada em julgado, intime-se o segundo réu pessoalmente para cumprimento das obrigações impostas no item 2 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 08 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**